NADA NA LÍNGUA É POR ACASO:
ciência e senso comum na educação em língua materna

Marcos Bagno (Universidade de Brasília)
(Artigo de Marcos Bagno publicado na revista Presença Pedagógica em setembro de 2006)

Quando o assunto é língua, existem na sociedade duas ordens de discurso que se contrapõem: (1) o discurso científico, embasado nas teorias da Lingüística moderna, que trabalha com as noções de variação e mudança; e (2) o discurso do senso comum, impregnado de concepções arcaicas sobre a linguagem e de preconceitos sociais fortemente arraigados, que opera com a noção de erro.

Para as ciências da linguagem, não existe erro na língua. Se a língua é entendida como um sistema de sons e significados que se organizam sintaticamente para permitir a interação humana, toda e qualquer manifestação lingüística cumpre essa função plenamente. A noção de "erro" se prende a fenômenos sociais e culturais, que não estão incluídos no campo de interesse da Lingüística propriamente dita, isto é, da ciência que estuda a língua "em si mesma", em seus aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos. Para analisar as origens e as conseqüências da noção de "erro" na história das línguas será preciso recorrer a uma outra ciência, necessariamente interdisciplinar, a Sociolingüística, entendida aqui em sentido muito amplo, como o estudo das relações sociais intermediadas pela linguagem.

A noção de "erro" em língua nasce, no mundo ocidental, junto com as primeiras descrições sistemáticas de uma língua (a grega), empreendidas no mundo de cultura helenística, particularmente na cidade de Alexandria (Egito), que era o mais importante centro de cultura grega no século III a.C.
Como a língua grega tinha se tornado o idioma oficial do grande império formado pelas conquistas de Alexandre (356-323 a.C.), surgiu a necessidade de normatizar essa língua, ou seja, de criar um padrão uniforme e homogêneo que se erguesse acima das diferenças regionais e sociais para se transformar num instrumento de unificação política e cultural.

Data desse período o surgimento daquilo que hoje se chama, nos estudos lingüísticos, de Gramática Tradicional - um conjunto de noções acerca da língua e da linguagem que representou o início dos estudos lingüísticos no Ocidente. Sendo uma abordagem não-científica, nos termos modernos de ciência, a Gramática Tradicional combinava intuições filosóficas e preconceitos sociais.

As intuições filosóficas que sustentam a Gramática Tradicional estão presentes até hoje na nomenclatura gramatical e nas definições que aparecem ali. Por exemplo, a noção de sujeito que encontramos em importantes compêndios normativos se expressa como "o sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração", ou coisa equivalente. Como é fácil perceber, não se trata de uma definição lingüística - nada se diz aí a respeito das funções do sujeito na sintaxe nem das características morfológicas do sujeito -, mas sim de uma definição metafísica, em que o próprio uso da palavra "ser" denuncia uma análise de

cunho filosófico. Com isso, o emprego desta noção para um estudo propriamente lingüístico fica comprometido. Para comprovar isso, vamos examinar o seguinte enunciado:

(1) Nesta sala cabem duzentas pessoas.

Se tivermos de considerar a definição tradicional, seremos obrigados a classificar como sujeito o elemento "sala" do enunciado acima, já que é sobre a sala que se está "dizendo alguma coisa", se está "declarando algo". Ora, todos sabemos que no enunciado (1) o sujeito é "duzentas pessoas", porque, numa definição propriamente lingüística, o sujeito é o termo sobre o qual recai a predicação da oração e com o qual o verbo concorda.

Dificuldades semelhantes de lidar com as definições tradicionais aparecem quase a cada passo quando as estudamos com cuidado. Isso porque, repito, a Gramática Tradicional, ao se formar no século III a.C. como uma disciplina com pretensões ao estudo da língua, não produziu um corpo teórico propriamente lingüístico, mas se valeu de um importante aparato de especulações filosóficas que vinha se gestando na cultura grega desde o século V a.C., graças ao trabalho dos sofistas, de Platão, de Aristóteles, dos estóicos e de outros grandes pensadores, para os quais o estudo da linguagem humana (logos) era só uma etapa inicial para a compreensão de fenômenos de outra natureza, como o funcionamento da mente humana (psique) e sua correspondência com o funcionamento-organização do próprio universo (cosmo). Por tudo isso, a Gramática Tradicional merece ser estudada, como um importante patrimônio cultural do Ocidente, mas não para ser aplicada cegamente como única teoria lingüística válida nem, muito menos, como instrumental adequado para o ensino.

Além de ser anacrônica como teoria lingüística, a Gramática Tradicional também se constituiu com base em preconceitos sociais que revelam o tipo de sociedade em que ela surgiu - preconceitos que vêm sendo sistematicamente denunciados e combatidos desde o início da era moderna e mais enfaticamente nos últimos cem anos. Como produto intelectual de uma sociedade aristocrática, escravagista, oligárquica, fortemente hierarquizada, a Gramática Tradicional adotou como modelo de língua "exemplar" o uso característico de um grupo restrito de falantes:

" do sexo masculino;
" livres (não-escravos);
" membros da elite cultural (letrados);
" cidadãos (eleitores e elegíveis);
" membros da aristocracia política;
" detentores da riqueza econômica.

Os formuladores da Gramática Tradicional foram os primeiros a perceber as duas grandes características das línguas humanas: a variação (no tempo presente) e a mudança (com o passar do tempo). No entanto, a percepção que eles tiveram da variação e da mudança lingüísticas foi essencialmente negativa.

Por causa de seus preconceitos sociais, os primeiros gramáticos consideravam que somente os cidadãos do sexo masculino, membros da elite urbana, letrada e aristocrática falavam bem a língua. Com isso, todas as demais variedades regionais e sociais foram consideradas feias, corrompidas, defeituosas, pobres etc.

Ainda na questão da variação, os primeiros gramáticos, comparando a língua escrita dos grandes escritores do passado e a língua falada espontânea, concluíram que a língua falada era caótica, sem regras, ilógica, e que somente a língua escrita literária merecia ser estudada, analisada e servir de base para o modelo do "bom uso" do idioma. Essa separação rígida entre fala e escrita é rejeitada pelos estudos lingüísticos contemporâneos, mas continua viva na mentalidade da grande maioria das pessoas.

Comparando também a língua falada de seus contemporâneos e a língua escrita das grandes obras literárias do passado, eles concluíram que, com o tempo, a língua tinha se degenerado, se corrompido e que era preciso preservá-la da ruína e da deterioração. Tinham, portanto, uma visão pessimista da mudança, resultante do equívoco metodológico - que só veio a ser detectado e abandonado muito recentemente - de comparar duas modalidades muito distintas de uso da língua (a escrita literária e a fala espontânea), desconsiderando a existência de um amplo espectro contínuo de gêneros discursivos entre esses dois extremos.

Com isso, os elaboradores das primeiras obras gramaticais do mundo ocidental definiram os rumos dos estudos lingüísticos que iam perdurar por mais de 2.000 anos:
" desprezo pela língua falada e supervalorização da língua escrita literária;
" estigmatização das variedades não-urbanas, não-letradas, usadas por falantes excluídos das camadas sociais de prestígio (exclusão que atingia todas as mulheres);
" criação de um modelo idealizado de língua, distante da fala real contemporânea, baseado em opções já obsoletas (extraídas da literatura do passado) e transmitido apenas a um grupo restrito de falantes, os que tinham acesso à escolarização formal.

Com isso, passa a ser visto como erro todo e qualquer uso que escape desse modelo idealizado, toda e qualquer opção que esteja distante da linguagem literária consagrada; toda pronúncia, todo vocabulário e toda sintaxe que revelem a origem social desprestigiada do falante; tudo o que não conste dos usos das classes sociais letradas urbanas com acesso à escolarização formal e à cultura legitimada. Assim, fica excluída do "bem falar" a imensa maioria das pessoas - um tipo de exclusão que se perpetua em boa medida até a atualidade.

Os preceitos e preconceitos da Gramática Tradicional só começaram a ser questionados a partir do século XIX, com o surgimento das primeiras investigações lingüísticas de caráter propriamente científico. Embora contestada pela ciência moderna, aquela visão arcaica e preconceituosa de língua e de linguagem penetrou no senso comum ocidental e ali permanece firme e forte até hoje.

O processo de normatização, ou padronização, retira a língua de sua realidade social, complexa e dinâmica, para transformá-la num objeto externo aos falantes, numa entidade

com "vida própria", (supostamente) independente dos seres humanos que a falam, escrevem, lêem e interagem por meio dela.
Isso torna possível falar de "atentado contra o idioma", de "pecado contra a língua", de "atropelar a gramática" ou "tropeçar" no uso do vernáculo. Todo esse discurso dá a entender (enganosamente) que a língua está fora de nós, é um objeto externo, alguma coisa que não nos pertence e que, para piorar, é de difícil acesso.

A criação de um padrão de língua muito distante da realidade dos usos atuais fez surgir, em todas as sociedades ocidentais, uma milenar "tradição da queixa". Em todos os países, em todos os períodos históricos, sempre aparecem as manifestações daqueles que lamentam e deploram a "ruína" da língua, a "corrupção" do idioma etc. Acerca da suposta decadência da língua portuguesa, sirvam de exemplos as seguintes declarações apocalípticas, que se desdobram ao longo de quase trezentos anos:

" "Se não existissem livros compostos por frades, em que o tesouro está conservado, dentro em pouco podíamos dizer: ora morreu a língua portuguesa, e não descansa em paz" (José Agostinho de Macedo [1761-1831], escritor português).
" "Temos a prosa histérica, abastardada, exangue e desfalecida de uma raça moribunda. A nossa pobre geração de anémicos dá à história das letras um ciclo de tatibitates" (Ramalho Ortigão [1836-1915], escritor e político português).
" "[...] português - um idioma que de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros precisa ser divulgado e explicado para os milhões que o têm como língua materna" (Mario Sabino, Veja, 10/9/1997).
" "Não fique nenhuma dúvida, o português do Brasil caminha para a degradação total" (Marcos de Castro, A imprensa e o caos na ortografia, Ed. Record, 1998, p. 10-11).
" "Que língua falamos? A resposta veio das terras lusitanas. Falamos o caipirês. Sem nenhum compromisso com a gramática portuguesa. Vale tudo [...]" (Dad Squarisi, Correio Braziliense, 22/7/1996).
" "Nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa" (Arnaldo Niskier, Folha de S. Paulo, 15/1/1998).
" "[...] o usuário brasileiro da língua [...] comete erros, impropriedades, idiotismos, solecismos, barbarismos e, principalmente, barbaridades" (Luís Antônio Giron, revista Cult, no 58, junho de 2002, p. 37).

Em contraposição à noção de "erro", e à "tradição da queixa" derivada dela, a ciência lingüística oferece os conceitos de variação e mudança. Enquanto a Gramática Tradicional tenta definir a "língua" como uma entidade abstrata e homogênea, a Lingüística concebe a língua como uma realidade intrinsecamente heterogênea, variável, mutante, em estreito vínculo com a realidade social e com os usos que dela fazem os seus falantes. Uma sociedade extremamente dinâmica e multifacetada só pode apresentar uma língua igualmente dinâmica e multifacetada.

Ao contrário da Gramática Tradicional, que afirma que existe apenas uma forma certa de dizer as coisas, a Lingüística demonstra que todas as formas de expressão verbal têm organização gramatical, seguem regras e têm uma lógica lingüística perfeitamente demonstrável. Ou seja: nada na língua é por acaso.

Por exemplo: para os falantes urbanos escolarizados, pronúncias como broco, ingrês, chicrete, pranta etc. são feias, erradas e toscas. Essa avaliação se prende essencialmente ao fato dessas pronúncias caracterizarem falantes socialmente desprestigiados (analfabetos, pobres, moradores da zona rural etc.). No entanto, a transformação do L em R nos encontros consonantais ocorreu amplamente na história da língua portuguesa. Muitas palavras que hoje têm um R apresentavam um L na origem:

LATIM PORTG.
blandu- brando
clavu- cravo
duplu- dobro
flaccu- fraco
fluxu- frouxo
obligare obrigar
placere- prazer
plicare pregar
plumbu- prumo

Assim, o suposto "erro" é na verdade perfeitamente explicável: trata-se do prosseguimento de uma tendência muito antiga no português (e em outras línguas) que os falantes rurais ou não-escolarizados levam adiante. Esse fenômeno tem até um nome técnico na lingüística histórica: rotacismo.
Esse é só um mínimo exemplo de que tudo o que é chamado de "erro" tem uma explicação científica, tem uma razão de ser, que pode ser de ordem fonética, semântica, sintática, pragmática, discursiva, cognitiva etc. Falar em "erro" na língua, dentro do ambiente pedagógico, é negar o valor das teorias científicas e da busca de explicações racionais para os fenômenos que nos cercam.

O exemplo apresentado acima (mudança de L para R em encontros consonantais) não deve levar ninguém a supor que esses fenômenos variáveis e mutantes só ocorrem na língua dos falantes rurais, sem escolarização, pobres etc. Eles também ocorrem na língua dos falantes "cultos", urbanos, letrados etc., muito embora esses mesmos falantes acreditem ser os legítimos representantes da língua "certa".

Alugam-se salas ou aluga-se salas? Apesar da gramática normativa exigir o verbo no plural, a grande maioria dos brasileiros mantém o verbo no singular. E não é por ignorância nem por preguiça nem por qualquer outra explicação preconceituosa desse tipo. A análise sintática tradicional é que é ilógica, ao atribuir o papel de sujeito a "salas", como se "salas" pudessem alugar alguma coisa, um verbo que só pode ser desempenhado por seres humanos. O falante, intuitivamente, analisa "salas" como objeto direto e o pronome "se" como o verdadeiro sujeito da oração, semanticamente indeterminado - e como não existe concordância de verbo com objeto, fica o verbo no singular. Essa mudança já está presente até mesmo na língua escrita mais monitorada:
(2) "Por falta de trigo, durante séculos comeu-se aqui, como substitutivo do pão, bolos e

bolachas feitos à base de mandioca, milho e outros produtos da terra". (Nossa História, ano 2, n.15, p. 89, janeiro de 2005).
(3) "Procura-se intérpretes de klingon, o dialeto criado para o seriado Jornada nas Estrelas. O anúncio foi feito por um manicômio em Oregon, EUA. Alguns de seus pacientes só se comunicam usando a linguagem estrelar." (IstoÉ, 21/5/2003, n. 1755, p. 20).
(4) "Mas a efeméride dos 95 anos [de Noel Rosa] parece que, de fato, passará em silêncio. Espera-se as maiores homenagens para o seu centenário, em 2010 [...]" (Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 6, dez. 2005, p. 11).

Diante de tudo o que se argumentou até agora, como devemos tratar os fenômenos de variação e mudança na educação em língua materna?
Existem três respostas possíveis:
(a) desconsiderar as contribuições da ciência lingüística e levar adiante a noção de "erro", insistindo no ensino da gramática normativa e da norma-padrão tradicional como única forma "certa" de uso da língua;
(b) aceitar as contribuições da ciência lingüística e desprezar totalmente a antiga noção de "erro", substituindo-a pelos conceitos de variação e mudança;
(c) reconhecer que a escola é o lugar de interseção inevitável entre o saber erudito-científico e o senso comum, e que isso deve ser empregado em favor do aluno e da formação de sua cidadania.

A opção (a), embora apareça quase diariamente na mídia, defendida pelos atuais "defensores" da língua que se apoderaram dos meios de comunicação, tem de ser veementemente rejeitada por causa de seu caráter obscurantista, autoritário e, muitas vezes, irracional.

A opção (b), apesar de sua aparência de postura inovadora e progressista, na verdade despreza uma análise da dinâmica social e da complexidade das relações entre as pessoas por meio da linguagem.
Acreditamos que a opção (c) é aquela que melhor nos orienta para um tratamento sereno e equilibrado do intrincado relacionamento entre linguagem-sociedade-ensino. Esta opção nos ajuda a compreender a "dupla face" do que se chama, no senso comum, de "erro de português":
Qualquer análise que desconsidere um desses pontos de vista - o científico e o do senso-comum - será, fatalmente, incompleta e não permitirá uma reflexão que permita analisar a realidade lingüístico-social nem a elaboração de políticas que auxiliem na constituição de um ensino verdadeiramente democrático e formador de cidadãos.

A escola não pode desconsiderar um fato incontornável: os comportamentos sociais não são ditados pelo conhecimento científico, mas por outra ordem de saberes (representações, ideologias, preconceitos, mitos, superstições, crenças tradicionais, folclore etc.). Essa outra ordem de saberes pode sofrer influência dos avanços científicos, mas quase sempre essa influência se faz de forma parcial, redutora e distorcida. Querer fazer ciência a todo custo sem levar em conta a dinâmica social, com suas demandas e seus conflitos, é uma luta fadada ao fracasso.

A Sociolingüística nos ensina que onde tem variação (lingüística) sempre tem avaliação (social). Nossa sociedade é profundamente hierarquizada e, conseqüentemente, todos os valores culturais e simbólicos que nela circulam também estão dispostos em categorias hierárquicas que vão do "bom" ao "ruim", do "certo" ao "errado", do "feio" ao "bonito" etc. E entre esses valores culturais e simbólicos está a língua, certamente o mais importante deles. Por mais que os lingüistas rejeitem a norma-padrão tradicional, por não corresponder às realidades de uso da língua, eles não podem desprezar o fato de que, como bem simbólico, existe uma demanda social por essa "língua certa", identificada como um instrumento que permite acesso ao círculo dos poderosos, dos que gozam de prestígio na sociedade. [box: Haugen]
Uma das tarefas do ensino de língua na escola seria, portanto, discutir criticamente os valores sociais atribuídos a cada variante lingüística, chamando a atenção para a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção lingüística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa.

Podemos, por exemplo, ao encontrar formas não-padrão na produção oral e escrita de nossos alunos, oferecer a eles a opção de "traduzir" seus enunciados para a forma que goza de prestígio, para que eles se conscientizem da existência dessas regras. A consciência gera responsabilidade. E é ao usuário da língua, ao falante/escrevente bom conhecedor das opções oferecidas pelo idioma, que caberá fazer a escolha dele, eleger as opções dele, mesmo que elas sejam menos aceitáveis por parte de membros de outras camadas sociais diferentes da dele. O que não podemos é negar a ele o conhecimento de todas as opções possíveis.

Para realizar essa tarefa, o docente precisa se apoderar do instrumental que a ciência lingüística, e mais especificamente a Sociolingüística, oferece para a análise criteriosa dos fenômenos de variação e mudança lingüística.

O profissional da educação tem que saber reconhecer os fenômenos lingüísticos que ocorrem em sala de aula, reconhecer o perfil sociolingüístico de seus alunos para, junto com eles, empreender uma educação em língua materna que leve em conta o grande saber lingüístico prévio dos aprendizes e que possibilite a ampliação incessante do seu repertório verbal e de sua competência comunicativa, na construção de relações sociais permeadas pela linguagem cada vez mais democráticas e não-discriminadoras.

http://www.marcosbagno.com.br/arq_textos.htm